



Relatório Orçamental

2026

1. PREÂMBULO

O Orçamento Municipal para 2026 traduz as opções de governação deste Executivo num quadro de rigor, responsabilidade e sustentabilidade financeira, assegurando o normal funcionamento da atividade municipal e a continuidade dos serviços públicos prestados à população.

Trata-se de um orçamento realista, construído com base nas condições financeiras atualmente disponíveis, que privilegia a estabilidade das contas municipais e a gestão criteriosa dos recursos públicos, sem comprometer a capacidade futura do Município para responder a novos desafios e oportunidades.

Importa, contudo, afirmar de forma clara que o Orçamento de 2026 não integra a totalidade das iniciativas e investimentos que se pretende concretizar ao longo do mandato. Muitas das medidas estruturantes que fazem parte da visão estratégica para o concelho dependem, necessariamente, da obtenção de financiamento externo, seja através de fundos comunitários e nacionais, do recurso ponderado ao endividamento municipal ou de soluções desenvolvidas em parceria com outras entidades públicas ou privadas. Este orçamento assume, por isso, uma lógica de base responsável, criando as condições necessárias para avançar de forma sustentada à medida que esses financiamentos venham a ser assegurados.

Ainda assim, o Orçamento de 2026 reflete orientações claras quanto às áreas que se pretende reforçar progressivamente. Nesse sentido, está prevista a continuidade do esforço municipal no domínio da saúde, das instalações escolares e, de forma particularmente relevante, na criação de condições para aumentar a oferta de habitação acessível, reconhecendo-se que esta constitui uma das principais preocupações sociais do concelho.

O presente orçamento deve, assim, ser entendido como um instrumento de equilíbrio e de preparação do futuro: assegura a gestão responsável do presente, permite estruturar projetos e candidaturas e posiciona o Município para concretizar, de forma gradual e sustentável, os investimentos que se considerem prioritários para o desenvolvimento do Montijo.

Com este Orçamento, reafirma-se o compromisso de uma governação séria, prudente e orientada para o interesse público, colocando sempre o bem-estar da população e a sustentabilidade do Município no centro da ação municipal.

2. INTRODUÇÃO

As entidades integradas no subsetor da administração local, adotam o referencial contabilístico denominado Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de novembro, não obstante, continuam a aplicar os pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

De acordo com o previsto no parágrafo 46 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do SNC-AP, na sua redação mais atualizada, as demonstrações a elaborar são: o orçamento e plano orçamental plurianual e plano plurianual de investimentos.

De acordo com o parágrafo 17 da NCP 1 do SNC-AP as entidades públicas devem preparar demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração dos fluxos de caixa, com o mesmo formato das históricas.

Para além disso, considerando o disposto na al. e) do art.º 46 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua redação atual, também deverão ser elaboradas, neste contexto, as “atividades mais relevantes da gestão”.

Assim, os documentos previsionais do Município de Montijo para o ano de 2026 foram elaborados nos termos do disposto no já citado RFALEI, no ponto 3.3 do POCAL e nas normas de contabilidade pública números 1 e 26 do SNC-AP.

3. CONTEXTO MACROECONÓMICO

No âmbito da preparação do Orçamento Municipal de 2026 do Município do Montijo, torna-se essencial considerar o contexto macroeconómico nacional e internacional em que as decisões orçamentais são tomadas. A economia mundial continua a caracterizar-se por elevados níveis de incerteza, decorrentes de tensões geopolíticas persistentes, conflitos armados e alterações nas relações comerciais entre grandes blocos económicos. Estas dinâmicas globais têm implicações para as cadeias de valor, os mercados de matérias-primas, a volatilidade financeira e as perspetivas de crescimento económico nos principais parceiros comerciais.

Neste cenário global, apesar da persistência de riscos geopolíticos, a economia portuguesa tem demonstrado resiliência face aos choques externos. De acordo com o *Boletim Económico* do Banco de Portugal (outubro de 2025), a atividade económica em Portugal deverá crescer 2,2 % em 2026, após um crescimento estimado de 1,9 % em 2025, com a inflação estabilizando em valores próximos de 2 % no horizonte de projeção.

Este contexto de crescimento moderado, em conjunto com um quadro de preços mais estável, constitui um referencial relevante para a definição das prioridades orçamentais e estratégicas do Município do Montijo, nomeadamente no que respeita ao planeamento de receitas e despesas, ao equilíbrio orçamental e ao desenho das opções de investimento público.

Ao integrar este enquadramento macroeconómico na formulação do Orçamento Municipal de 2026, pretende-se reforçar a coerência entre os objetivos de política orçamental local e a evolução previsível da conjuntura económica nacional e internacional, promovendo uma gestão financeira prudente e sustentável.

4. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL

Os orçamentos do Município do Montijo têm vindo a ser elaborados com base em critérios de prudência na estimativa da receita e de responsabilidade na definição da despesa, refletindo um compromisso com a sustentabilidade financeira e com o equilíbrio orçamental municipal.

A formulação do Orçamento Municipal para 2026 insere-se num contexto internacional marcado por uma elevada incerteza geopolítica e económica. No plano global, persistem tensões em várias regiões e realidades complexas de ordem política e económica que influenciam os mercados internacionais de energia, de matérias-primas e financeiros, gerando volatilidade e riscos acrescidos para a economia mundial e europeia. Entre as dinâmicas recentes de maior impacto destaca-se o agravamento das tensões entre os Estados Unidos e a Venezuela, que se têm traduzido em ações de bloqueio e sanções ao setor petrolífero venezuelano e em pressões militares e diplomáticas na região do Caribe, com repercussões nos mercados energéticos e na confiança dos agentes económicos. Estas tensões têm contribuído para um ambiente de elevado risco geoeconómico global e podem condicionar tendências de investimento e fluxos comerciais.

O Executivo municipal optou por manter uma política fiscal equilibrada, que mantém os benefícios fiscais que tem vindo a atribuir às famílias e empresas, designadamente a redução da taxa de IMI (0,31%), a atribuição do benefício fiscal às famílias com dependentes a cargo (relativamente ao IMI), a redução a zero da taxa da derrama para as empresas com volume de negócios inferior a 150 000€ e ainda a redução em 1% da participação variável no IRS, sem descurar a receita imprescindível ao cumprimento dos compromissos assumidos, ao desenvolvimento das políticas sociais e ao investimento que se tem proposto realizar.

Com as políticas adotadas o Município do Montijo tem também vindo a reduzir o seu endividamento de médio e longo prazo.

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2026

5. RECEITA

No orçamento da receita para 2026, está previsto um valor 83.309.856,37 €, divididas entre receitas correntes 55.627.690,76 €, receitas de capital 7.752.531,51 € e outras receitas 19.929.634,10 €.

Receitas		
Rúbrica	Montante	%
Receitas Correntes		
R11 01 Impostos directos	25 255 317,00 €	30,3%
R3 04 Taxas Multas e outras penalidades	5 166 618,00 €	6,2%
R4 05 Rendimentos de Propriedade	13 194,00 €	0,0%
R5 06 Transferências Correntes	19 162 359,76 €	23,0%
R6 07 Venda de Bens e Serviços	5 954 405,00 €	7,1%
R7 08 Outras receitas Correntes	75 797,00 €	0,1%
Total das Receitas Correntes	55 627 690,76 €	66,8%
Receitas de Capital		
R8 09 venda de Bens de Investimento	2 575,00 €	0,0%
R9 10 Transferências de Capital	7 749 956,51 €	9,3%
Total das Receitas de Capital	7 752 531,51 €	9,3%
Outras Receitas		
R11 15 Reposições não abatidas nos Pagamentos	600,00 €	0,0%
16 Saldo da Gerência Anterior	19 929 034,10 €	23,9%
Total das Outras Receitas	19 929 634,10 €	23,9%
Total Receita	83 309 856,37 €	100,0%

5.1 RECEITA CORRENTE

Entende-se como receitas correntes aquelas que não são duradouras, de carácter normal e regular, proveniente de rendimentos do período, tais como, impostos directos e indirectos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, transferências correntes, venda de bens e serviços correntes e outras receitas.

As receitas correntes são arrecadadas no decorrer do exercício financeiro, imputáveis ao período da receita e constituem a maior fonte de financiamento para o orçamento de 2026.

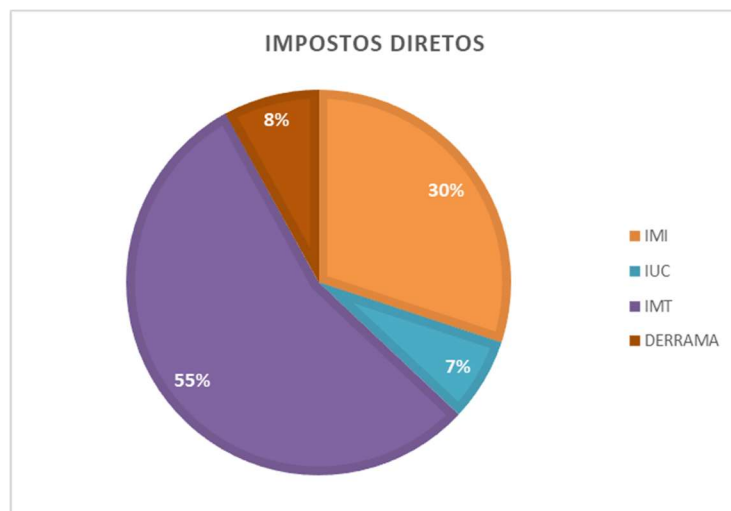
De acordo com a previsão, as receitas correntes representam um valor total de 55.627.690,76 €, o que equivale a 66,8% do total do Orçamento da Receita.

Impostos Directos:

Os impostos directos são aqueles que o Município arrecada directamente do rendimento dos sujeitos passivos de imposto, tais como: IMI (Imposto Municipal sobre os Imóveis); IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis); o IUC (Imposto Único de Circulação); e a Derrama. Estes impostos correspondem a 30,3% da receita total do Município, sendo esta uma estimativa elaborada com base na regra do POCAL alínea a) do ponto 3.3.1, ou seja, corresponde à média aritmética, dos valores dos

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2026

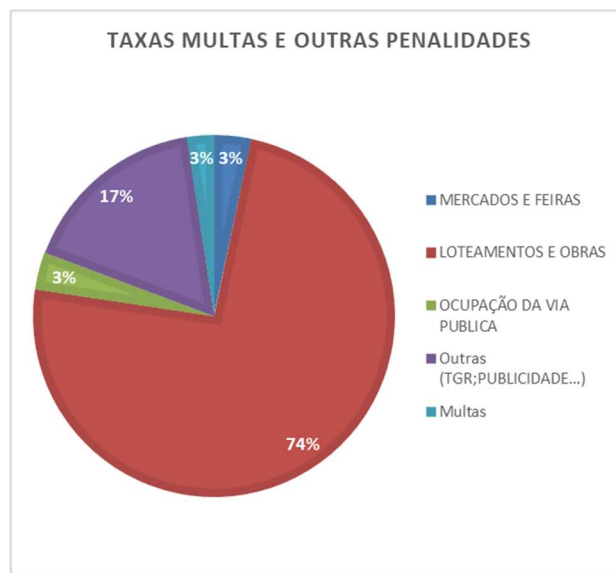
últimos 24 meses, no mês da elaboração como referência para os dados das receitas, considerando as situações de alteração legislativa que condicionam as receitas futuras. Estas receitas são de variação regular, o que permite um elevado grau de precisão na previsão.



Analisando o gráfico acima, constata-se que no âmbito dos impostos diretos, o imposto mais relevante é o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), do qual se espera um valor global na receita de 13.881.196,00€, correspondendo a 55% do total destes impostos. Note-se que as receitas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) correspondem a 30% desta rubrica atingindo um valor de 7.593.362,00 €. No que diz respeito ao Imposto Único de Circulação (IUC) e à Derrama, espera-se um valor de 1.754.125,00€ e 2.023.634,00, respetivamente. Existe ainda, uma previsão de 3.000,00€ em outros impostos diretos.

Taxas Multas e Outras Penalidades:

Nesta rubrica, enquadra-se taxas relacionadas com as festividades, licenciamento de obras particulares, multas aplicadas por quem infringe a lei, outras penalidades que não constam nas definições anteriores, entre outras.



RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2026

Conforme acima refletido, a rubrica com maior impacto nas taxas, multas e outras penalidades, é a referente ao Loteamento e Obras, que corresponde a 74% do valor global desta verba orçamental.

Também podemos observar que além da taxa relativa a Loteamentos e Obras, as rubricas com algum peso são Outras (TGR, Publicidade...) com 17%, as restantes têm um caracter residual abaixo dos 5% de peso nesta classificação orçamental (04 - Taxas, multas e outras penalidades).

TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	
MERCADOS E FEIRAS	170 354,00 €
LOTEAMENTOS E OBRAS	3 826 599,00 €
OCUPAÇÃO DA VIA PUBLICA	172 368,00 €
ANIMAIS	1 210,00 €
Outras (TGR;PUBLICIDADE...)	871 140,00 €
Multas	124 947,00 €
Total	5 166 618,00 €

Transferências Correntes:

As transferências correntes são aquelas recebidas de entidades de direito público ou privado, sem qualquer contraprestação, desde que sejam utilizadas para financiar as despesas correntes.

Estado – Foram inscritos os valores constantes no Anexo XII da Proposta relativa ao Orçamento de Estado 2026.

Rubrica	Montante
06.03.01.01 – Fundo Equilíbrio Financeiro	2 779 944€
06.03.01.02 – Fundo Social Municipal	2 243 438€
06.03.01.03 – Participação Fixa no IRS	3 584 143€
06.03.01.07 – Participação no Iva	515 368€
06.03.01.08 – Excedente (Nº 3 Artº 35 Lei73/2013)	1 094 403€

Transferência de Competências Lei nº50/2018 –Os valores inscritos são referentes a:

- **Transferência de Competências na Área de Educação:**
 - ❖ Colocação de Pessoal não Docente nos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
 - ❖ Conservação e Manutenção das três escolas de 2º e 3º CEB e da ES Poeta Joaquim Serra;

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2026

- ❖ Despesas de Funcionamento de todos os estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
 - ❖ Implementação de Atividades de Enriquecimento Curricular para alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico;
 - ❖ Implementação dos Serviços de apoio à família nos Jardins de Infância;
 - ❖ Fornecimento de Refeições aos alunos do ensino básico e secundário;
 - ❖ Transportes escolares de alunos abrangidos por medidas especializadas de apoio.
 - ❖ Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para escolas de 2º e 3º ciclo
 - ❖ Seguros e Higiene no Trabalho
- Transferência de Competências na Área de Saúde:
- ❖ Recursos Humanos;
 - ❖ Custos Logísticos;
 - ❖ Imóveis
 - ❖ Seguros e Higiene no Trabalho.
- Transferência de Competências na Área Ação Social:
- ❖ Recursos Humanos;
 - ❖ Acordos SAAS;
 - ❖ Protocolos RSI;
 - ❖ Subsídios Eventuais;
 - ❖ Instalações e Funcionamento;
 - ❖ Seguros e Higiene no Trabalho.

Outras – Os valores inscritos são referentes a:

- ❖ IMT Jovem – Compensação DL 48-A/2024
- ❖ Transferência do Fundo Florestal Permanente referente ao financiamento do gabinete técnico florestal;
- ❖ Protocolo Relativo à Proteção de Crianças e Jovens;
- ❖ Compensação dos membros das mesas/eleições.

Estado - Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2026

- O Valor inscrito refere-se a receita proveniente das candidaturas:

Descrição		Despesa 2026	Receita 2026	Receita 2027	Receita 2028
2026/46	Programa Regime Escolar(candidatura leite escolar) IFAP	70 000,00 €	21 000,00 €		
2026/56	Educar para transformar	148664+ Despesas com pessoal	138 885,36 €	103 836,00 €	103 836,00 €
2023/51	Candidatura PRR Comunidades Desfavorecidas Montijo/Afonsoeiro	131 911,98 €	130 658,48 €		
2026/61	Capacitar e Inovar - IPS	19 600,00 €	19 600,00 €		
2023/78	Candidatura PRR Comunidades Desfavorecidas Pegões/Canha	130 628,95 €	128 968,35 €		
2026/62	Conhecer e Empreende/Rede Intercultural -IPS	35 280,00 €	35 280,00 €		
2026/63	Trilhos Criativos - União Freguesias Pegões	113 601,50 €	113 601,50 €		
2026/65	Reparação e Manutenção de Caminhos	36 000,00 €	36 000,00 €		
2024/97	Candidatura PRR/Acessibilidade 360	40 000,00 €	40 000,00 €		
2024/68	Candidatura Radar Social	Despesas com pessoal	174 324,07 €		
2025/97	Recolha Bio	111 665,00 €	181 514,00 €		
Total			1 019 831,76 €	103 836,00 €	103 836,00 €

Serviço e Fundos. Autónomos - Subsistema de Proteção à Família e Políticas Ativas de Emprego Profissional – O valor inscrito refere-se a receita proveniente do contrato emprego inserção +.

Venda de Bens e Serviços Correntes:

As importâncias relativas às tarifas inscritos na proposta de orçamento foram calculados por média aritmética simples tendo como base o valor arrecadado nos últimos 24 meses que precederam o mês da elaboração do orçamento conforme o ponto 3.3 alínea a) do POCAL.

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	
VENDA DE BENS	16 313,00 €
SEVIÇOS CULTURAIS	56 778,00 €
SERVIÇOS DESPORTIVOS	2 213,00 €
RESIDUOS SÓLIDOS	2 511 590,00 €
CEMITÉRIOS	71,00 €
OUTROS (Escolas)	958 009,00 €
RENDAS	2 409 431,00 €

5.2 RECEITA DE CAPITAL

Entende-se por receitas de capital, todos os ganhos provenientes de bens duradouros e de caráter permanente no município (horizonte temporal de mais de um ano civil). Constituem receitas de capital: venda de bens de investimento, transferência de capitais do Orçamento do Estado (previsto na Lei 75-B/2020), subsídios ao investimento e passivos financeiros (empréstimos).

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2026

RECEITA DE CAPITAL	
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	2 575,00 €
FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO	308 883,00 €
Nº 3 DO ART. 35º DA LEI 73/2013	1 094 403,00 €
OUTROS	1 000,00 €
ESTADO- PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1 000,00 €
PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS (FEDER)	6 344 670,51 €
Total	7 752 531,51 €

Os valores inscritos na previsão da receita de capital para o ano de 2026 ascendem a 7 752 531,51€ e foram calculados da seguinte forma:

Venda de Bens de Investimento:

Habitações – O valor inscrito está conforme a dívida de propriedade resolúvel para o ano 2026.

Transferência de Capital

10.03.01 Estado – Foram inscritos os valores constantes no Anexo XII do Orçamento de Estado 2025.

Rubrica	Montante
10.03.01.01 – Fundo Equilíbrio Financeiro	308 883€
10.03.01.05 – N.º3 art 35º da Lei 73/2013	1 094 403€

10.03.07 Estado-Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados:

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2026

PPI		Despesa 2026	Receita 2026	Receita 2027
2023/62	Candidatura PRR - Construção de 10 fogos no Bairro Novo do Esteval	1 227 773,07 €	725 404,12 €	139 666,89 €
2023/63	Candidatura PRR - Recuperação Bairro Novo do Esteval (100 fogos)	1 324 011,00 €	765 946,98 €	175 090,53 €
2023/64	Candidatura PRR - Equipamento para Alojamento Urgente e Temporário	2 152 027,34 €	1 069 113,10 €	534 556,55 €
2023/83	Candidatura PRR - Requalificação da Sede da Sociedade Recreativa Cruzamento de Pegões - União de Freguesias de Pegões e Freguesia de Canha	18 032,27 €	18 032,27 €	
2023/81	Candidatura PRR - Requalificação dos Polidesportivos dos Bairros da Caneira e do Esteval - União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro	257 500,00 €	257 500,00 €	
2025/71	Recuperação Centro Saúde de Pegões	111 874,25 €	110 305,90 €	
2025/74	Reabilitação da piscina Pegoes-Gare	66 774,00 €	147 900,00 €	
2025/75	Reabilitação do campo de ténis de Pegões-Gare	48 532,10 €	45 785,00 €	
2025/76	Construção do campo de Padle de Pegões	47 805,08 €	45 099,13 €	
2026/16	Aquisição de equipamento desportivo	92 237,70 €	74 990,00 €	
	Candidatura PRR- Montijo e Afonsoeiro	Despesa realizada em anos anteriores	1 591 774,05 €	
	Candidatura PRR-Pegões e Canha	Despesa realizada em anos anteriores	646 311,96 €	
	PRR - Redes culturais e transição digital - Aquisição de projetor digital	*despesa paga em 2023	105 000,00 €	
2023/69	Bote de Fragata "Gaivota de Montijo"	290 280,00 €	247 800,00 €	
2018/16	Centro Escolar de Pegões	1 688 164,05 €	493 708,00 €	827 841,00 €
Total			6 344 670,51 €	1 677 154,97 €

5.3 OUTRAS RECEITAS

Reposições não abatidas nos pagamentos

O valor inscrito na rubrica 15.01.01, Reposições não abatidas nos pagamentos, diz respeito a montantes em dívida à data da elaboração da proposta do orçamento.

6. DESPESA

Despesas		
Rúbrica	Montante	%
Despesas Correntes		
D1 01 Despesas com o pessoal	29 122 757,00 €	35,0%
D2 02 Aquisição de bens e serviços	26 587 175,51 €	31,9%
D3 03 Juros e Outros encargos	30 200,00 €	0,0%
D4 04 Transferências correntes	9 695 621,36 €	11,6%
D5 06 Outras Despesas Correntes	980 367,61 €	1,2%
Total das Despesas Correntes	66 416 121,48 €	79,7%

Despesas de Capital		
D6 07 Aquisição de Bens de Capital	15 986 331,12 €	19,2%
D7 08 Transferências de Capital	533 803,77 €	0,6%
D9 09 Activos Financeiros	100,00 €	0,0%
D10 10 Passivos Financeiros	373 500,00 €	0,4%
Total das Despesas de Capital	16 893 734,89 €	20,3%

6.1 DESPESA CORRENTE

As despesas correntes são os gastos de carácter permanente e regular no município, constituídas essencialmente por: despesas com pessoal (salários e encargos com remunerações), aquisição de bens e serviços, pagamento dos juros da dívida, transferências correntes, subsídios e outras.

Os valores inscritos na previsão da despesa corrente para o ano de 2026 ascende a 66 416 121,48€ e foram calculados da seguinte forma:

Despesas com o Pessoal

A despesa com pessoal contempla as remunerações e/ou salários permanentes e temporários, encargos com remunerações, seguros, indemnizações e outros, estão conforme a previsão da unidade orgânica gestora dos recursos humanos, incluem-se também os encargos previstos em relação às medidas de emprego apoiado - programas CEI e CEI+ e medidas “Estágios Profissionais”.

DESPESAS COM PESSOAL	
REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	22 754 231,00 €
ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	1 049 120,00 €
SEGURANÇA SOCIAL	5 319 406,00 €
Total	29 122 757,00 €

Esta rubrica corresponde a 35% do total da Despesa, ascendendo o montante de 29.122.757,00€ distribuídos pelas remunerações certas e permanentes, abonos variáveis ou eventuais e segurança social, conforme quadro acima.

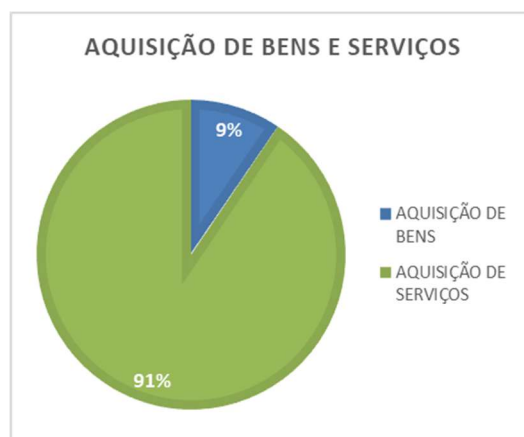
Aquisição de Bens e Serviços

As despesas com aquisição de bens e serviços foram calculadas com base na despesa realizada e com os pedidos dos serviços. O mês de novembro serviu de referência para o apuramento dos compromissos assumidos e não pagos.

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2026

Na aquisição de bens incluem-se despesas com combustíveis, produtos de limpeza, material de escritório; material didático e outros bens.

Relativamente à aquisição de serviços incluem-se despesas com fornecimento de energia elétrica, conservação de bens; locação de Edifícios e outros bens; comunicações; encargos de cobrança, seguros; vigilância e segurança, publicidade, assistência técnica, manutenção de espaços verdes e tratamento de lixo.



As despesas com Aquisição de Serviços assumem um peso claramente predominante nesta rubrica, representando 91% do total, o que corresponde a um montante de 24.061.730,47€.

Por sua vez, a Aquisição de Bens totaliza 2.525.445,04 €, correspondendo aos restantes 9% do valor global.

Juros e Outros Encargos

As despesas com juros e outros encargos são relativas a empréstimos de médio e longo prazo, locação financeira e outros, estes encargos foram estimados de acordo com os compromissos assumidos.

Esta rubrica apresenta um montante de 30.200,00€, não assumindo um peso relevante no conjunto das restantes rubricas que compõem o mapa das despesas.

Transferências Correntes

As despesas com Transferências Correntes são relativas a transferências para a administração central e local, instituições sem fins lucrativos e famílias.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	5 174 542,83 €
ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO	4 201 171,53 €
FAMÍLIAS	319 907,00 €
Total	9 695 621,36 €

Conforme evidenciado no quadro infra, as Administrações Públicas representam um montante de 5.174.542,83 € das transferências correntes.

As entidades do setor não lucrativo assumem igualmente relevância, com um valor global de 4.201.171,53 €.

Outras Despesas Correntes

As “outras despesas correntes” são relativas a restituições, entrega do IVA, pagamento por serviços bancários e Outras (quotas), totalizando um montante de 980.367,61€.

6.2 DESPESA DE CAPITAL

Os valores inscritos na previsão da despesa de capital para o ano de 2026 ascendem a 16 893 734,89€ e foram calculados da seguinte forma:

Aquisição de Bens de Capital

Nas despesas com aquisição de bens de capital encontram-se inscritos os investimentos e as operações de locação financeira (PPI), ascendendo esta rubrica a 15.986.331,12€, valor com expressão relevante na estrutura da despesa municipal.

Transferências de Capital

Foram inscritas transferências de capital para as Juntas de Freguesia e para instituições sem fins lucrativos, conforme evidenciado no quadro infra.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
JUNTAS DE FREGUESIA	425 233,77 €
BOMBEIROS	100,00 €
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	108 470,00 €
Total	533 803,77 €

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2026

6.3 DESPESA NÃO EFETIVA

O valor inscrito na previsão da despesa não efetiva engloba os passivos financeiros para o ano de 2026 e ascende a 373 600,00€.

EMPRÉSTIMOS																		ANO: 2026	
Câmara Municipal de Montijo																			
Caracterização do empréstimo	Data de aprovação pela A.M.	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Ano s dec orri dos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo	Capital		Taxa de Juro		Encargos do ano				Encargos do ano vencidos e não pagos	Dívida em 1 de Janeiro	Dívida em 31 de Dezembro	
					Nº Reg	Data		Contra -tado	Utili -zado	Inicial	Actual	Amorti -zação	Juros	Total	Juros de mora				
Médio e Longo prazos																			
9015/002580/691	08/06/2001	27/11/2001	25 anos	24	3551	08/11/2001	PER	1 882 138,97 €	1 882 138,97 €	1	0,0216	81 516,41 €	389,64 €	81 906,05 €			81 516,41 €	0,00 €	
9015/002581/491	08/06/2001	27/11/2001	25 anos	24	3551	08/11/2001	PER	412 252,80 €	412 252,80 €	3,93	0,0867	20 949,87 €	401,83 €	21 351,70 €			20 949,87 €	0,00 €	
8065389830002	22/12/2005	26/12/2005	20 anos	19	3105	09/02/2006	Investimentos diversos	972 000,00 €	841 778,98 €	2,796	0,0000	26 535,45 €	212,74 €	26 748,19 €			26 535,45 €	0,00 €	
8065389830003	15/12/2006	08/02/2007	20 anos	18	50	08/03/2007	Investimentos diversos	1 135 309,00 €	1 077 464,91 €	3,991	0,0000	75 528,33 €	1 867,79 €	77 396,12 €			113 912,45 €	38 384,12 €	
9015/006230/291	22/12/2008	30/01/2009	20 anos	16	283	19/03/2009	Investimentos diversos	2 500 000,00 €	2 436 607,69 €	4,105	0,3048	168 953,37 €	16 058,29 €	185 011,66 €			612 597,11 €	443 643,74 €	
Total								6 901 700,77 €	6 650 243,35 €			373 483,43 €	18 930,29 €	392 413,72 €			855 511,29	482 027,86	

7. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Responsabilidades Contingentes – Processos pendentes em 25/11/2025

Objecto	Processo	Posição atual do Processo	Importâncias envolvidas
Contraordenação Afixação de horário de trabalho no veículo	Proc. C.O. N.º 031001164	Inquirição de testemunhas em 28/10/2011 - Aguarda decisão	Coima: 9.180,00€ (montante mínimo)
Contraordenação Tempos de repouso (tacógrafos)	Proc. C.O. N.º 031100574	Inquirição de testemunhas em 30/09/2011 - Aguarda decisão	Coima: 1.530,00€ (montante mínimo)
Contraordenação Retroescavadora)	Auto n.º 904299295/E.A.220150910	Defesa em 11/05/2010 - Aguarda decisão	Coima: 300,00€ (montante mínimo)
Contraordenação Veículo de limpeza RSU	Auto n.º 905359062/E.A.220150910	Defesa em 11/05/2011 - Aguarda decisão	Coima: 60,00€ (montante mínimo)
Contraordenação Excesso lotação	Auto n.º 912172843/E.A.231100000	Inquirição de testemunhas em 13/03/2014 - Aguarda decisão	Coima: 60,00€ (montante mínimo)
Contraordenação Transportes RCD/Monos	Proc. C.O./000483/11	Inquirição de testemunhas em 24/06/2011 - Aguarda decisão	Coima: 15.000,00€ (montante mínimo)
Impugnação judicial Liquidação de Taxa (Reg. Cemitérios)	Proc. n.º 407/18.7BEALM	Contra-alegações de recurso em 31/01/2023 – Aguarda acórdão	13 849,49 €
Contraordenação Veículos Fim de Vida (VFV)	Proc.C.O. N.º 102/2011/DAJ	Inquirição de testemunhas em 09/09/2014 - Aguarda decisão	Coima: 7.500,00€ (montante mínimo)
Contraordenação Construção no domínio hídrico	Proc. C.O. N.º 1209/06/GJ	Defesa em 13/03/2009	Coima: 249,40€ (montante mínimo)
Responsabilidade civil Acidente de viação	Proc. 510/19.6BEALM	Instância suspensa em 15/10/2025 – Em curso prazo para extinção da instância por deserção da A.	7 869,22 €
Contraordenação Retroescavadora Junta Freguesia Pegões	Auto n.º 2 74307138	Defesa em 25/06/2020	Coima: 600,00€ (montante mínimo)
Contraordenação Retroescavadora Junta Freguesia Pegões	Auto n.º 2 74307146	Defesa em 25/06/2020	Coima: 300,00€ (montante mínimo)
Responsabilidade civil Acidente de viação	Proc. 427/21.4BEALM	Audiência de julgamento agendada para 03/12/2025	2.376,23€
Contraordenação Omissão identificação condutor	Auto n.º 413852768	Defesa em 07/11/2022	Coima: 120,00€ (montante mínimo)
Contraordenação Excesso de velocidade	Auto n.º 413852750	Impugnação judicial em 03/01/2023	Coima: 180,00€ (montante mínimo)

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2026

Impugnação judicial Liquidação compensação urbanística	Proc. 662/24.3BEALM	Alegações 1ª instância em 31/03/2025 – Aguarda sentença	46 368,75 €
Ação administrativa Suplemento salubridade e penosidade	Proc. 754/24.9BEALM	Saneador-sentença com declaração de incompetência material Saneador- sentença em 06/02/2025 - Aguarda remessa para tribunal competente	1 979,56 €
Contencioso pré- contratual	Proc. 133/25.0BELSB	Em curso prazo para A. requerer fixação judicial de indemnização ou apresentar pedido de reparação de todos os danos	<i>Por definir</i>
Responsabilidade civil Acidente trotinete	Proc. 555/25.7BEALM	Contestação em 30/09/2025 e resposta a réplica em 04/11/2025 – Aguarda despacho saneador	12 715,61 €
Responsabilidade civil Acidente viação	Proc. 559/25.0BEALM	Contestação em 06/10/2025 e resposta a réplica em 10/11/2025 – Aguarda despacho saneador	22 426,82 €
Ação administrativa Execução do contrato	Proc. 87659/25.0BELSB	Citação em 14/11/2025 – Em curso prazo para contestar	4 266,22 €
Contraordenação Omissão publicação regulamentos no SIIA	Proc. 6-204-2025	Inquirição de testemunhas em 07/11/2025 – Em curso prazo para regularizar infracções até 19/12/2025	Coima: 6.000,00€ (montante mínimo)

Total: 22

Alguns processos mantêm-se pendentes por motivos processuais alheios à entidade, encontrando-se em diferentes fases de tramitação judicial ou administrativa.

8. QUADRO PLURIANUAL MUNICIPAL

As Grandes Opções do Plano (GOP) agregam o conjunto de projetos e atividades previstos pelo Município para o período em análise, constituindo o principal instrumento de planeamento que enquadra a programação plurianual do investimento e da atividade municipal.

O quadro seguinte apresenta uma síntese global dos valores inscritos nas GOP, evidenciando, para cada instrumento de planeamento, a distinção entre financiamento definido e financiamento não definido. Estes montantes correspondem ao valor total dos projetos e ações previstos, apurados de forma consolidada, e refletem o grau de identificação das respetivas fontes de financiamento à data da elaboração do orçamento.

	Financiamento Definido	Financiamento não definido	Total
Plano Plurianual de Investimentos	15 986 331,12 €	15 692 946,00 €	31 679 277,12 €
Plano de Atividades Municipais	22 380 372,46 €	990 000,00 €	23 370 372,46 €
Grandes Opções do Plano	38 366 703,58 €	16 682 946,00 €	55 049 649,58 €

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2026

O financiamento definido integra os projetos e atividades para os quais se encontram já identificadas fontes de financiamento concretas, enquanto o financiamento não definido corresponde a projetos e ações cuja execução financeira se encontra dependente de decisões futuras, designadamente da aprovação de candidaturas a fundos externos, da celebração de contratos-programa ou de ajustamentos a efetuar em exercícios subsequentes. A inscrição desta componente tem natureza previsional, não constituindo, em qualquer circunstância, autorização para a assunção de compromissos sem cobertura financeira efetiva.

No âmbito do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) encontram-se inscritos os projetos de investimento de natureza plurianual, organizados por áreas de intervenção e programados ao longo do horizonte temporal das GOP. A listagem que se apresenta de seguida detalha os projetos previstos, identificando os respetivos montantes e a repartição deste financiamento, permitindo uma leitura estruturada do investimento municipal programado.

Nr. Projeto			Designação do Projeto	Fin. N./ Def.
2020	I	81	Requalificação e Ampliação da Biblioteca Municipal de Montijo	200 000,00 €
2023	I	2	Remodelação, Requalificação e Ampliação do Centro de serviços Técnicos	50 000,00 €
2023	I	3	Requalificação Energética do Edifício dos Serviços Técnicos Municipais	600 000,00 €
2026	I	17	Obras de Conservação e Manutenção de Edifícios Municipais	300 000,00 €
2026	I	18	Aquisição de Edifícios	100 000,00 €
2026	I	19	Aquisição de Mobiliário e Equipamento	72 000,00 €
2025	I	17	Aquisição de Viatura Pesada para lavagem de Ruas e Rega	250 000,00 €
2026	I	22	Aquisição de viaturas para sector de jardins	111 296,00 €
2026	I	23	Aquisição de 3 veículos ligeiros de mercadorias para recolha de Resíduos Urbanos	180 000,00 €
2026	I	24	Aquisição de 2 carrinhas de caixa aberta para os setores de Carpintaria e Serralharia	160 000,00 €
2026	I	25	Aquisição de Viaturas Ligeiras Elétricas	100 000,00 €
2026	I	26	Aquisição de Viaturas Mistas de passageiros Parque Auto	100 000,00 €
2026	I	27	Aquisição de Viatura Dumper	24 600,00 €
2026	I	28	Aquisição de Terrenos	100 000,00 €
2026	I	1	Aquisição de Hardware	500 000,00 €
2026	I	2	Aquisição de Software	160 000,00 €
2019	I	64	Ampliação da EB Areias	50 000,00 €
2022	I	27	Reabilitação da Escola D. Pedro Varela	100 000,00 €
2022	I	28	Reabilitação da Escola Poeta Joaquim Serra	50 000,00 €
2026	I	8	Aquisição de equipamentos e bens de cozinha	112 000,00 €
2026	I	9	Candidatura "Educar para Transformar" (PORL2030)	45 000,00 €
2026	I	4	Reabilitação e Manutenção de Edifícios Escolares	200 000,00 €
2026	I	52	Reformulação dos antigos balneários da EB de Pegões	138 550,00 €
2026	I	6	Execução de Arranjos Exteriores em Escolas	200 000,00 €
2026	I	10	Execução de arranjos exteriores no ETC - Espaço 'Trilhos da Ciência' (horta e floricultura pedagógicas)	65 000,00 €
2026	I	11	Aquisição de estufa para ETC	60 000,00 €
2026	I	12	Aquisição de hardware para EMM-Espaço Maker em Movimento, LAM-Laboratório de Aprendizagem de Montijo e ETC	20 000,00 €
2026	I	13	Aquisição de licenças de software para LAM, EMM e ETC	10 000,00 €
2025	I	79	Construção de Polo tecnológico - AFPDM	875 000,00 €
2021	I	2	Centro de Saúde do Bairro Areias	350 000,00 €
2023	I	60	Construção de 58 Fogos na Caneira	80 000,00 €
2023	I	61	Construção de 23 Fogos no Esteval	70 000,00 €

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2026

2024	I	68	Radar Social PRR	10 000,00 €
2026	I	14	Realização de Obras de Conservação e Reparação em Habitações Sociais	125 000,00 €
2026	I	15	Reabilitação de Fogos de Habitação Devolutos	250 000,00 €
2021	I	82	Construção de Ciclovia da Atalaia	450 000,00 €
2023	I	25	Parque Urbano da Frente Ribeirinha do Montijo	10 000,00 €
2024	I	13	Execução de Obras no Parque Municipal do Montijo	150 000,00 €
2024	I	71	Corredor Verde Ribeirinho	267 000,00 €
2025	I	18	Arranjos Exteriores Diversos	55 000,00 €
2025	I	22	Recuperação de Jardim na Rua do Mercado - Atalaia	90 000,00 €
2025	I	23	Calcetamento no Largo de Estacionamento na Rua António Fortunato de Sousa	160 000,00 €
2026	I	29	Arranjos Exteriores Diversos	160 000,00 €
2026	I	30	Outras Pavimentações em Zonas Pedonais	160 000,00 €
2026	I	31	Recuperação de Ciclovias no Concelho	160 000,00 €
2026	I	32	Execução e Recuperação de Zonas Calcetadas no Concelho	160 000,00 €
2026	I	33	Aquisição de Equipamentos e Utensílios de Manutenção	75 000,00 €
2026	I	34	Automatização de Sistemas de Rega	80 000,00 €
2026	I	35	Conservação de Linhas de Água	150 000,00 €
2024	I	48	Fundo Ambiental - Equipamentos para Recolha de Bioresíduos	85 000,00 €
2026	I	37	Reparações Diversas nos Cemitérios	160 000,00 €
2026	I	38	Construção Columbários nos Cemitérios Municipais	40 000,00 €
2026	I	39	Construção de Grupos de Ossários nos cemitérios municipais	80 000,00 €
2026	I	40	Recuperação de Edifícios do Património Municipal	50 000,00 €
2022	I	82	Relvado Sintético Campo de Futebol do Areias	340 000,00 €
2022	I	99	Construção de Bancada no Estádio Municipal da Liberdade	20 000,00 €
2024	I	26	Construção da Sede do Estádio Municipal do Bairro da Liberdade	20 000,00 €
2025	I	35	Construção de espaços Street Workout no Concelho	300 000,00 €
2026	I	42	Construção e Reparações	160 000,00 €
2026	I	43	Trabalhos Diversos nos Campos de Futebol Municipais	160 000,00 €
2026	I	44	Aquisição de Materiais e Equipamento Desportivos Diversos	175 000,00 €
2025	I	36	Remodelações CineTeatro Joaquim de Almeida	160 000,00 €
2026	I	54	Equipamentos para CTJA	27 500,00 €
2021	I	45	Execução da 2ª Fase da Iluminação Pública da E.N. 252	350 000,00 €
2025	I	37	Ampliação e Beneficiação da Rede Elétrica e Iluminação Pública	40 000,00 €
2025	I	38	Substituição de Luminárias de Iluminação Pública na Cidade	60 000,00 €
2020	I	54	Pavimentação da Estrada Pinhal da Areia	10 000,00 €
2020	I	65	Requalificação da Rua Bulhão Pato	450 000,00 €
2020	I	75	Alargamento e Repavimentação da Estrada Municipal nº 533 Foros do Trapo-Canha	20 000,00 €
2021	I	55	Reabilitação da Estrada dos Paulinos 2ª Fase	200 000,00 €
2022	I	65	Repavimentação da Praça da Força Aérea	180 000,00 €
2022	I	68	Pavimentação da Estrada do Pinhal do Gancho	10 000,00 €
2023	I	42	Repavimentação da Av de Olivença	50 000,00 €
2023	I	43	Reabilitação da AV. João de Deus	10 000,00 €
2023	I	44	Repavimentação de Ruas no Bairro da Barrosa	300 000,00 €
2023	I	45	Reabilitação de Pavimentos no Bairro da Liberdade	120 000,00 €
2024	I	36	Repavimentação da Av. Barbosa du Bocage	250 000,00 €
2024	I	37	Pavimentação da Estrada dos Guerreiros 2ª Fase	160 000,00 €
2024	I	39	Repavimentação da Estrada do Seixalinho	50 000,00 €
2024	I	40	Repavimentação da Rua Conde Paço Vieira e Rua da Bela Vista	150 000,00 €
2024	I	41	Repavimentação da José Mundet	300 000,00 €
2025	I	39	Execução de Gares para Ecopontos e contentores no Concelho	75 000,00 €
2025	I	45	Repavimentação da Rua da Estremadura	600 000,00 €
2025	I	46	Repavimentação de Troço da Rua Antero de Quintal	160 000,00 €

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2026

2025	I	48	Repavimentação da Estrada Real - Troço Nascente	200 000,00 €
2025	I	49	Execução de Passadeiras sobre elevadas	80 000,00 €
2025	I	50	Repavimentação da Rua Rafael Bordalo Pinheiro e Amadeu de Sousa Cardoso	110 000,00 €
2025	I	51	Repavimentação da Rua das Açucenas	40 000,00 €
2025	I	52	Repavimentação da Rua das Forças armadas - Atalaia	25 000,00 €
2025	I	53	Repavimentação da Rua de Cabo Verde	180 000,00 €
2025	I	54	Repavimentação da Rua da Aldeia Velha	130 000,00 €
2025	I	56	Instalação de sistemas semafóricos no concelho	40 000,00 €
2026	I	45	Recuperação de Ruas no Centro da Cidade	160 000,00 €
2026	I	46	Empreitada de Trabalhos Diversos	160 000,00 €
2026	I	47	Tapamento de Travessias em Betuminoso no Concelho	160 000,00 €
2026	I	48	Regularização de Caminhos Rurais	60 000,00 €
2026	I	49	Requalificação da Rotunda das Forças Armadas - Atalaia	300 000,00 €
2026	I	50	Pavimentações Diversas	200 000,00 €
2026	I	55	Reabilitação da Estrada do Pau Queimado	200 000,00 €
2026	I	51	Empreitada de Trabalhos Diversos de Sinalização de Trânsito em diversos arruamentos (com exceção do art 16º do anexo 1 da lei 75/2013 de 12 de setembro)	120 000,00 €
2025	I	2	Reabilitação no Mercado Municipal	160 000,00 €
2025	I	57	Trabalhos Diversos no Parque de Exposições	100 000,00 €
Total				15 692 946,00 €

O Plano de Atividades Municipais (PAM) integra o conjunto de atividades e ações de caráter não estruturante, necessárias à prossecução das atribuições municipais e ao regular funcionamento dos serviços. A listagem apresentada posteriormente discrimina as atividades previstas para o período em análise, evidenciando os respetivos valores dos financiamentos não definidos, em coerência com o quadro global das Grandes Opções do Plano.

Nr. Projeto			Designação do Projeto	Fin. N./ Def.
2025	A	93	Inclusão pela cultura/ envelhecimento ativo	215 000,00 €
2026	A	110	AMODIN-Associação Desportiva Nacional	250 000,00 €
2026	A	111	Associação dos Bombeiros Voluntários do Montijo	75 000,00 €
2026	A	112	Montijo Basket Associação	250 000,00 €
2026	A	113	Clube Olímpico do Montijo	200 000,00 €
Total				990 000,00 €

9. RÁCIOS

9.1 EQUILIBRIO ORÇAMENTAL

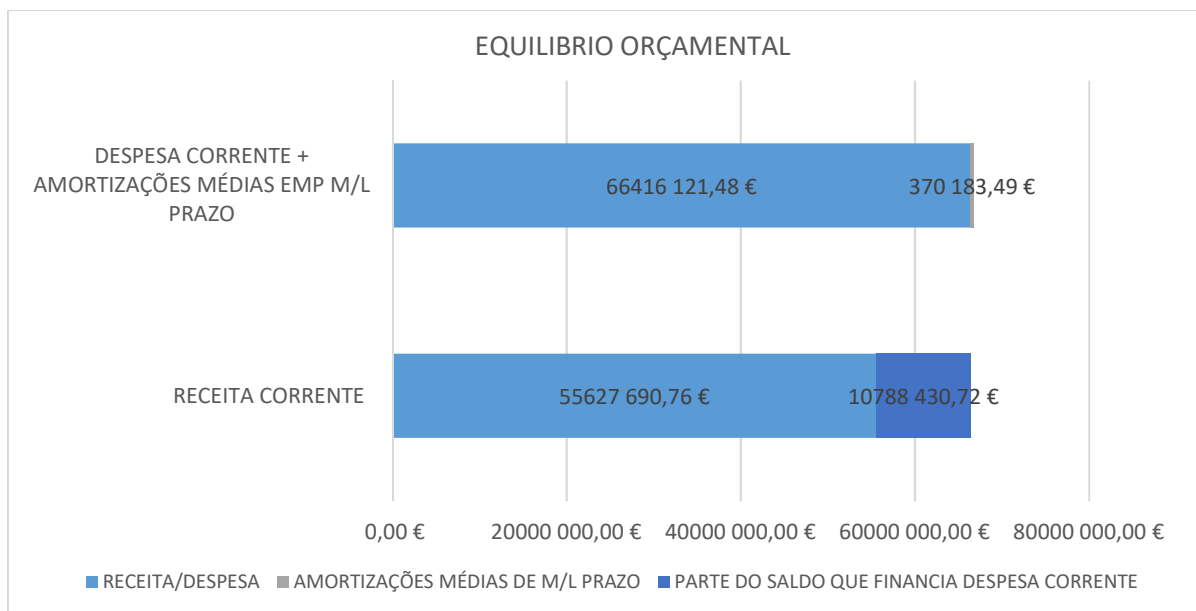
Nos termos do artigo 40º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, os orçamentos das autarquias locais preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e o equilíbrio verifica-se quando a receita corrente bruta cobrada é pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

O montante das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo foi apurado nos termos do artigo 83º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e ascende a 408 197,51€

$$\text{Receita Corrente} / (\text{Despesa Corrente} + 408\,197,51\text{€}^*) = 1,13$$

*amortização média de empréstimos nos termos do artigo 83 da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

A receita corrente bruta prevista a arrecadar é superior à despesa corrente que se prevê realizar acrescida da amortização média de empréstimos de médio e longo prazo. Verifica-se, assim, o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental previsto no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013.



9.2 CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

APURAMENTO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO	
Limite da dívida total da Autarquia calculado a 01/01/2025	81 950 583,13 €
Montante da dívida total em 31/12/2025 (excluindo operações orçamentais)	1 473 611,31 €
Margem absoluta	80 476 971,82 €
Margem utilizável (40%)	32 190 788,73 €
Montante de empréstimos já contratualizados e não refletidos na dívida	- €
Margem disponível para endividamento	32 190 788,7 €

9.3 INDICADORES

Rácios da Receita	
Impostos municipais/Total da receita	39,85%
Venda de bens de investimento/Total da receita	0,00%
Total das receitas próprias/Total da receita	45,65%
Total das transferências/Total da receita	42,12%
Rácios da Despesa	
Transferências correntes/Total da despesa	11,64%
Transferências capital/Total da despesa	0,64%
Despesas correntes/Total da despesa	79,72%
Despesas de capital/Total da despesa	20,28%
Total dos investimentos/Total da despesa	19,01%
Rácios Despesa/Receita	
Despesas com pessoal/Total da receita corrente	52,35%
Despesas com aquisição de bens e serviços/Total da receita corrente	47,79%
Transferências correntes/Total da receita corrente	15,30%
Investimento/Total da receita	24,99%
Passivos financeiros/Total da receita	0,59%

10. Mapas previsionais – Norma de Contabilidade Pública 1

A Enquadramento Teórico e Normativo

A elaboração dos mapas financeiros previsionais, Balanço Previsional, Demonstração de Resultados por Naturezas Previsional e Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional, encontra fundamento no disposto na Norma Contabilística Pública n.º 1 (NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras).

Nos termos do parágrafo 17 da NCP 1, estabelece-se que:

“As entidades públicas devem ainda preparar demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração dos fluxos de caixa, com o mesmo formato das demonstrações históricas, as quais devem ser aprovadas pelos órgãos de gestão competentes.”

Estas demonstrações integram, assim, o conjunto de instrumentos de planeamento financeiro municipal, constituindo um complemento essencial à perspetiva orçamental expressa no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano (GOP).

Importa referir que, em exercícios anteriores, diversas Leis do Orçamento do Estado previram a dispensa da apresentação das demonstrações financeiras previsionais, apesar de estas se encontrarem previstas na NCP 1.

Contudo, a Lei do Orçamento do Estado para 2025, bem como a Lei do Orçamento do Estado para 2026, deixaram de prever essa dispensa, retomando-se plenamente o regime-base consagrado na NCP 1, o que torna novamente obrigatória a elaboração e aprovação das demonstrações financeiras previsionais.

A inclusão destes mapas no presente Relatório resulta, assim, não apenas do cumprimento das obrigações legais e contabilísticas aplicáveis, mas também de uma opção consciente de reforço da transparência, da coerência das projeções e da qualidade do planeamento financeiro municipal.

As demonstrações financeiras agora apresentadas assumem, naturalmente, uma natureza previsional, tendo sido elaboradas com base na informação disponível à data, nos pressupostos subjacentes ao Orçamento Municipal, nos investimentos programados e nos movimentos económico-financeiros estimados.

Apesar de assentarem em critérios técnicos prudentes e conformes à NCP 1, os valores projetados poderão ser objeto de ajustamentos ao longo do exercício, em função, designadamente:

- da evolução da conjuntura económica e financeira;
- das decisões e prioridades políticas do executivo;
- do nível efetivo de execução orçamental;
- da especialização das operações contabilísticas, a qual ocorre, em regra, no encerramento do exercício.

Nestes termos, as demonstrações financeiras previsionais não configuram valores finais, mas antes um instrumento de planeamento financeiro, destinado a apoiar a tomada de decisão e a assegurar a consistência e sustentabilidade do Orçamento Municipal para 2026.

B Importância Estratégica dos Mapas Previsionais

A integração das demonstrações financeiras previsionais nos documentos orçamentais permite uma visão global, integrada e multidimensional do impacto económico, financeiro e patrimonial das políticas públicas definidas para o exercício de 2026.

Balanço Previsional

O Balanço Previsional permite, nomeadamente:

- antecipar a evolução do património municipal e dos investimentos programados;
- projetar a estrutura de financiamento e o nível de endividamento futuro;
- avaliar a posição financeira líquida estimada no final do exercício;
- monitorizar a sustentabilidade patrimonial do Município.

Demonstração de Resultados Previsional

A Demonstração de Resultados Previsional possibilita a análise:

- da evolução expectável dos rendimentos correntes e de exploração;
- da estimativa dos principais gastos operacionais;
- da capacidade do Município para gerar resultados líquidos economicamente equilibrados;
- do impacto económico das opções e políticas orçamentais propostas.

Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional

A Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional permite analisar:

- a capacidade de geração de liquidez pelas atividades operacionais;
- os fluxos de investimento e de financiamento previstos;
- a suficiência dos meios financeiros para o cumprimento dos compromissos assumidos;
- a posição final de caixa e de equivalentes de caixa.

Comparação entre a NCP 1 e a NCP 26 na Elaboração de Mapas Previsionais

A preparação dos documentos financeiros previsionais assenta na aplicação articulada de duas normas contabilísticas distintas, mas complementares.

NCP 1 – Perspetiva Financeira e Patrimonial

A NCP 1 estrutura demonstrações financeiras que projetam:

- ativos, passivos e património líquido;
- rendimentos e gastos;
- fluxos de caixa de natureza económico-financeira.

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2026

A sua base conceptual assenta nos princípios da especialização económica, da continuidade e da mensuração patrimonial.

NCP 26 – Perspetiva Orçamental e de Fluxos

A NCP 26 incide, fundamentalmente, sobre:

- mapas orçamentais de receita e de despesa;
- mapas de investimento e respetivas fontes de financiamento;
- projeções económico-financeiras orientadas pela execução orçamental.

A sua base conceptual centra-se na execução do orçamento, nas políticas públicas e nos fluxos financeiros.

Principais diferenças entre as normas

Dimensão	NCP 1 – Financeira/Patrimonial	NCP 26 – Orçamental/Fluxos
Natureza	Económico-patrimonial	Económico-orçamental
Foco	Situação financeira futura	Execução do orçamento
Base	Especialização económica	Fluxos financeiros e compromissos
Reconhecimento	Amortizações, provisões, imparidades, direitos, obrigações e património	Apenas fluxos orçamentais
Utilidade	Avaliação da sustentabilidade financeira	Planeamento e gestão orçamental
Formato	Idêntico às demonstrações históricas	Mapas previsionais específicos

C Critérios de apuramento

Critérios de apuramento dos rendimentos e gastos previsionais

Os rendimentos previstos para o exercício de 2026 foram apurados tendo por base a estimativa orçamental dos respetivos recebimentos, em conformidade com os princípios e critérios definidos pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

No que respeita aos impostos, taxas e demais receitas de natureza tributária, considerou-se que o efeito líquido das especializações dos impostos municipais em rendimentos é residual, atendendo à natureza destas operações e ao seu impacto limitado no resultado económico do exercício, razão pela qual o respetivo reconhecimento foi efetuado de forma prudente e consistente com a informação orçamental disponível.

Relativamente às transferências e subsídios, foram consideradas estimativas para a imputação dos subsídios ao investimento, assegurando o seu adequado

reconhecimento em rendimentos ao longo da vida útil dos ativos financiados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e com as normas contabilísticas aplicáveis.

Procedeu-se ainda à análise detalhada das rubricas da receita com impacto económico, tendo sido refletidas na Demonstração de Resultados apenas aquelas que, nos termos do SNC-AP, reúnem os requisitos para reconhecimento como rendimentos do período, excluindo-se as operações de natureza meramente orçamental ou financeira que não produzem efeitos no resultado económico.

Os gastos previstos para o exercício de 2026 foram apurados com base na estimativa orçamental da despesa, assegurando a articulação entre a ótica orçamental e a ótica económica, em conformidade com os princípios do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

No apuramento dos gastos, foram consideradas especializações relevantes com impacto material no resultado económico, designadamente no que respeita a gastos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, transferências e subsídios concedidos e outros gastos operacionais, não tendo sido consideradas as especializações de natureza residual, por se entender que as mesmas não assumem relevância significativa para efeitos do apuramento do resultado previsional do exercício.

As depreciações e amortizações do período foram estimadas tendo em consideração a estrutura do ativo municipal existente, os investimentos previstos e a respetiva vida útil, em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, refletindo o consumo económico dos ativos ao serviço do Município ao longo do exercício de 2026.

Os gastos de financiamento, nomeadamente os juros e gastos similares suportados, foram igualmente estimados com base na informação orçamental disponível e nas condições contratuais conhecidas à data da elaboração dos documentos previsionais.

Foi considerado o resultado previsional da empresa municipal, apurado com base no respetivo orçamento previsional, tendo sido refletido na Demonstração de Resultados o prejuízo estimado, em conformidade com as normas de reconhecimento e imputação de resultados de entidades controladas.

Este conjunto de critérios assegura que a Demonstração de Resultados previsional incorpora os principais impactos económicos associados à atividade municipal e às entidades do respetivo perímetro, mantendo uma abordagem prudente, consistente e alinhada com a informação orçamental subjacente.

Critérios de apuramento do Balanço previsional

O Balanço previsional a 31 de dezembro de 2026 foi elaborado tendo por base a informação constante dos documentos orçamentais e demais elementos de suporte disponíveis à data, em conformidade com os princípios e critérios estabelecidos pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

No que respeita ao ativo não corrente, e em particular aos ativos fixos tangíveis, considerou-se que a sua variação resulta essencialmente do volume de investimento previsto no orçamento, deduzido da estimativa das depreciações e amortizações do exercício, refletindo, de forma económica, o acréscimo líquido do investimento municipal e o consumo dos ativos ao longo do período.

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2026

O ativo corrente foi apurado com base nas estimativas de recebimentos e pagamentos decorrentes da execução orçamental, tendo sido consideradas as disponibilidades finais de caixa e depósitos bancários compatíveis com a Demonstração de Fluxos de Caixa previsional.

Relativamente ao passivo, foram considerados os cronogramas de pagamento dos empréstimos em vigor, bem como os acordos de pagamento existentes, refletindo-se no balanço previsional a distinção entre responsabilidades de curto e de médio e longo prazo. Foi igualmente considerada a utilização prevista de novos financiamentos, conforme projetada no orçamento municipal, traduzindo-se no correspondente aumento da dívida financeira.

As provisões e demais responsabilidades foram estimadas com base na informação disponível e na evolução previsível das obrigações assumidas pelo Município, assegurando uma abordagem prudente e consistente.

O património líquido resulta da integração do saldo inicial estimado, das variações patrimoniais previstas para o exercício, incluindo se o recebimento e imputação de subsídios e transferências de capital e do resultado líquido previsional, em articulação com a Demonstração de Resultados e os restantes mapas previsionais.

Estes critérios permitem assegurar que o Balanço previsional reflete, de forma coerente e consistente, a situação patrimonial e financeira esperada do Município no final de 2026, mantendo a necessária articulação entre a ótica orçamental e a ótica patrimonial.

Crítérios de apuramento da Demonstração de Fluxos de Caixa

A Demonstração Previsional de Fluxos de Caixa para o exercício de 2026 foi elaborada com base numa ligação direta aos documentos orçamentais, refletindo os recebimentos e pagamentos previstos no orçamento municipal, em conformidade com os princípios do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Assumiu-se, para efeitos previsionais, que o orçamento será integralmente executado, não se prevendo, consequentemente, o que inclui a aplicação do saldo de gerência, o qual se mantém constante ao longo do exercício. Esta opção metodológica permite assegurar a coerência interna dos mapas previsionais, nomeadamente a correspondência entre o saldo final de caixa e seus equivalentes na Demonstração de Fluxos de Caixa e o valor apresentado no Balanço previsional.

Desta forma, a Demonstração de Fluxos de Caixa reflete de forma consistente e integrada a execução financeira prevista, mantendo uma articulação direta com o orçamento, com o Balanço e com a Demonstração de Resultados, assegurando uma leitura global coerente da situação financeira previsional do Município para 2026.

D Notas sobre Balanço Previsional

1. Enquadramento Geral

O Balanço Previsional da Câmara Municipal do Montijo, elaborado nos termos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), evidencia a posição patrimonial prevista da Entidade no final do exercício de 2026, refletindo os impactos das opções orçamentais, do plano de investimentos e da gestão financeira projetada para o período.

O total do Ativo ascende a 266,5 milhões de euros, integralmente financiado por Património Líquido (255,8 milhões de euros) e passivo (10,6 milhões de euros).

2. Análise do Ativo

2.1. Estrutura do Ativo

O Ativo apresenta uma clara predominância do Ativo não corrente, que totaliza 254,9 milhões de euros, representando cerca de 95,7% do Ativo total, o que é consistente com a natureza da atividade municipal, intensiva em infraestruturas e equipamentos de uso coletivo.

a) Ativo não corrente

- **Ativos fixos tangíveis:**
Com um valor de 232,5 milhões de euros, constituem o principal componente do Ativo, refletindo o património municipal afeto a vias, edifícios, equipamentos sociais, infraestruturas e demais bens de domínio público e privado do Município.
- **Participações financeiras:**
No montante de 22,1 milhões de euros, correspondendo essencialmente aos SMAS e outras entidades participadas de forma minoritária.
- **Ativos intangíveis:**
Com expressão residual (135,3 mil euros), refletem essencialmente direitos e aplicações informáticas.
- **Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber (não corrente):**
Com valores pouco significativos, indicam que a generalidade dos créditos tem horizonte de curto prazo.

b) Ativo corrente

O Ativo corrente totaliza 11,6 milhões de euros, cerca de 4,3% do Ativo total, revelando uma posição de liquidez moderada, mas adequada ao perfil de financiamento do Município.

Destacam-se:

- **Outras contas a receber:** 9,5 milhões de euros, que corresponde essencialmente a estimativa de impostos municipais imputáveis ao exercício económico.
- **Caixa e depósitos:** 1,08 milhões de euros, refletindo a disponibilidade financeira imediata prevista no final do exercício, considera que existiu a execução do orçamento na totalidade.

- Clientes, contribuintes e utentes: 557,6 mil euros, evidenciando níveis controlados de dívida de curto prazo.
- Diferimentos: 419,2 mil euros, relacionados com gastos pagos antecipadamente ou rendimentos a reconhecer.

3. Análise do Património Líquido

O Património Líquido previsto ascende a 255,8 milhões de euros, representando aproximadamente 96% do financiamento do Ativo, o que traduz uma situação patrimonial muito sólida e reduzida dependência de capitais alheios.

Principais componentes:

- Património/Capital: 66,9 milhões de euros, correspondente ao capital próprio do Município.
- Resultados transitados: 153,4 milhões de euros, evidenciando a acumulação histórica de resultados positivos, refletindo a capacidade de geração de excedentes ao longo dos exercícios.
- Ajustamentos em ativos financeiros: 22,1 milhões de euros, associados à reavaliação de participações financeiras.
- Outras variações no património líquido: 30,4 milhões de euros, refletindo ajustamentos patrimoniais diversos, nomeadamente revalorizações ou correções contabilísticas.

De notar que o Resultado líquido previsional do período é negativo, no montante de -18,9 milhões de euros, o que indica que, em 2026, se prevê um exercício deficitário em termos contabilísticos, situação que deverá ser enquadrada pelas opções de investimento e pela política orçamental adotada, não colocando, contudo, em causa a robustez global do património municipal. Sendo importante ter em consideração que se assumiu a execução total do orçamento municipal.

4. Análise do Passivo

O Passivo total previsto é de 10,6 milhões de euros, valor reduzido face à dimensão do Ativo e do Património Líquido.

4.1. Passivo não corrente

O Passivo não corrente totaliza 5,78 milhões de euros, destacando-se:

- Diferimentos: 3,72 milhões de euros, associados sobretudo a rendimentos recebidos antecipadamente e efeito do registo da rede concessionada à E-Redes.
- Outras contas a pagar: 1,05 milhões de euros.
- Provisões: 477,8 mil euros, refletindo responsabilidades estimadas e riscos identificados.

- Financiamentos obtidos (médio e longo prazo): 483,9 mil euros, evidenciando um nível muito reduzido de endividamento estrutural.

4.2. Passivo corrente

O Passivo corrente ascende a 4,85 milhões de euros, sendo maioritariamente composto por:

- Outras contas a pagar: 4,30 milhões de euros, associadas à atividade corrente e compromissos de curto prazo.
- Fornecedores e Estado e outros entes públicos, com valores controlados.
- Diferimentos: 3,13 milhões de euros, que deverão ser objeto de reconhecimento futuro em resultados.

E Notas sobre Demonstração Previsional dos Resultados por Natureza

1. Enquadramento Geral

A Demonstração Previsional dos Resultados por Natureza para o exercício de 2026 evidencia a formação do resultado económico do Município, refletindo os rendimentos expectáveis da atividade municipal e os gastos necessários à prossecução das suas atribuições, nos termos do SNC-AP.

O exercício de 2026 apresenta um resultado líquido previsional negativo de 18,94 milhões de euros, situação que deve ser analisada à luz da natureza não lucrativa da atividade municipal, do peso das funções sociais e do esforço de investimento previsto.

2. Análise dos Rendimentos

Os rendimentos operacionais do Município assentam essencialmente em receitas fiscais, transferências correntes e prestações de serviços.

2.1. Impostos e taxas

Os impostos e taxas totalizam 28,05 milhões de euros, constituindo a principal fonte de rendimentos próprios do Município. Este valor reflete a relevância da fiscalidade municipal (IMI, IMT, IUC e taxas municipais) no financiamento da atividade corrente e evidencia a dependência do equilíbrio orçamental face à evolução da base tributária local.

2.2. Prestações de serviços e concessões

As prestações de serviços e concessões ascendem a 5,97 milhões de euros, traduzindo a cobrança associada a serviços municipais, concessões e utilização de equipamentos e infraestruturas. Trata-se de um contributo relevante, ainda que secundário face às receitas fiscais e transferências.

2.3. Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências e subsídios correntes obtidos, no montante de 19,16 milhões de euros, assumem um peso significativo na estrutura de rendimentos, refletindo a dependência

do Município relativamente a transferências do Orçamento do Estado e outros financiamentos correntes, nomeadamente no âmbito da descentralização de competências.

2.4. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, no valor de 1,68 milhões de euros, incluem rendimentos de natureza diversa, não recorrentes ou acessórios, contribuindo de forma marginal para o resultado global.

No seu conjunto, os rendimentos evidenciam uma estrutura equilibrada entre receitas próprias e transferências, embora com forte peso destas últimas.

3. Análise dos Gastos

3.1. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, no montante de 28,06 milhões de euros, constituem uma das principais rubricas de despesa do Município, refletindo o peso da estrutura de recursos humanos necessária à prestação de serviços públicos essenciais. Esta rubrica assume carácter estrutural e rígido, com impacto direto na sustentabilidade económico-financeira.

3.2. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos totalizam 26,59 milhões de euros, evidenciando a relevância da contratação externa para o funcionamento corrente, manutenção de infraestruturas, prestação de serviços e execução de atividades municipais.

3.3. Transferências e subsídios concedidos

As transferências e subsídios concedidos, no valor de 10,23 milhões de euros, refletem o apoio financeiro do Município a entidades externas, associações, freguesias e outras instituições, no âmbito das políticas sociais, culturais, educativas e desportivas.

3.4. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas ascendem a 1,08 milhões de euros, correspondendo a custos de natureza diversa e não recorrente, com impacto limitado no resultado global.

4. Resultado Operacional e Depreciações

O resultado antes de depreciações e gastos de financiamento é negativo em 11,07 milhões de euros, evidenciando que os rendimentos operacionais não são suficientes para cobrir a totalidade dos gastos correntes.

A este resultado acrescem os gastos com depreciações e amortizações, no montante de 7,90 milhões de euros, refletindo o consumo económico dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do Município. Esta rubrica, de natureza não monetária, tem expressão relevante devido à dimensão do património municipal.

Após o reconhecimento das depreciações, o resultado operacional ascende a -18,97 milhões de euros.

5. Resultado Financeiro e Resultado Líquido

Os juros e gastos similares suportados totalizam 30,2 mil euros, evidenciando um nível muito reduzido de encargos financeiros, coerente com o baixo endividamento municipal refletido no Balanço Previsional.

Não se preveem rendimentos financeiros relevantes, pelo que o resultado antes de impostos coincide praticamente com o resultado operacional, fixando-se em -18,94 milhões de euros.

Considerando a inexistência de imposto sobre o rendimento aplicável, o resultado líquido do período corresponde igualmente a -18,94 milhões de euros.

F Notas sobre Demonstração Previsional de Fluxos de Caixa

1. Enquadramento Geral

A Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional evidencia a forma como o Município prevê gerar e aplicar recursos monetários ao longo do exercício de 2026, distinguindo os fluxos associados às atividades operacionais, de investimento e de financiamento, em conformidade com o SNC-AP.

Esta demonstração permite analisar a sustentabilidade da tesouraria municipal e a capacidade de o Município cumprir os seus compromissos financeiros no curto prazo.

2. Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

Os fluxos de caixa das atividades operacionais apresentam um saldo líquido negativo de 11,29 milhões de euros, refletindo que a atividade corrente, em termos estritamente financeiros, não gera liquidez suficiente para cobrir a totalidade dos pagamentos previstos.

2.1. Recebimentos operacionais

Os principais recebimentos previstos são:

- Recebimentos de contribuintes: 25,26 milhões de euros, associados sobretudo à cobrança de impostos e taxas municipais;
- Recebimentos de transferências e subsídios correntes: 19,16 milhões de euros, evidenciando o peso das transferências do Orçamento do Estado e de outros financiamentos correntes;
- Recebimentos de clientes e utentes: 11,12 milhões de euros, resultantes da prestação de serviços municipais.

No seu conjunto, os recebimentos operacionais evidenciam uma base diversificada, embora fortemente dependente da fiscalidade e das transferências correntes.

2.2. Pagamentos operacionais

Os principais pagamentos previstos concentram-se em:

- Pagamentos a fornecedores: 26,59 milhões de euros;

- Pagamentos ao pessoal: 23,80 milhões de euros;
- Pagamentos de transferências e subsídios: 10,23 milhões de euros.

Estas rubricas traduzem a rigidez da despesa corrente municipal, associada à manutenção dos serviços públicos, aos encargos com recursos humanos e ao apoio financeiro a entidades externas.

2.3. Caixa gerada pelas operações

A caixa gerada pelas operações é negativa em 5,08 milhões de euros, à qual acrescem outros recebimentos/pagamentos líquidos negativos de 6,21 milhões de euros, conduzindo a um fluxo operacional global negativo de 11,29 milhões de euros.

Este comportamento está alinhado com o resultado operacional negativo evidenciado na Demonstração de Resultados, embora com diferenças justificadas pelo impacto das rubricas não monetárias, como depreciações e ajustamentos patrimoniais.

3. Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

Os fluxos de caixa das atividades de investimento apresentam igualmente um saldo líquido negativo de 8,23 milhões de euros, refletindo o esforço de investimento previsto para 2026.

3.1. Pagamentos de investimento

Os pagamentos relativos a ativos fixos tangíveis, no montante de 15,99 milhões de euros, evidenciam um nível significativo de investimento municipal, coerente com a dimensão do património e com as opções estratégicas de desenvolvimento e requalificação de infraestruturas.

3.2. Recebimentos de investimento

Os principais recebimentos associados ao investimento são:

- Transferências de capital: 7,75 milhões de euros, revelando a importância do financiamento externo, designadamente fundos comunitários e participações do Estado;
- Recebimentos residuais provenientes da alienação de ativos.

O saldo negativo do fluxo de investimento traduz uma opção deliberada de reforço do investimento público, com impacto direto na tesouraria, mas sustentado pela estrutura patrimonial do Município.

4. Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento

Os fluxos de caixa das atividades de financiamento apresentam um saldo negativo de 403,8 mil euros, refletindo:

- Pagamentos de financiamentos obtidos: 373,6 mil euros;
- Pagamentos de juros e gastos similares: 30,2 mil euros.

5. Variação de Caixa e Situação de Tesouraria

A variação global de caixa e seus equivalentes é negativa em 19,93 milhões de euros, resultante da soma dos fluxos operacionais, de investimento e de financiamento.

O Município inicia o exercício com 21,01 milhões de euros de caixa e equivalentes, prevendo-se que encerre o exercício de 2026 com 1,08 milhões de euros, valor que assegura o cumprimento das obrigações imediatas, embora evidencie uma redução significativa da margem de tesouraria ao longo do exercício.

6. Conciliação com os Saldos de Gerência

A conciliação apresentada demonstra que:

- O saldo da gerência anterior é integralmente absorvido pela execução orçamental;
- O saldo da gerência seguinte corresponde exclusivamente a operações de tesouraria, no montante de 1,08 milhões de euros;
- Não se prevê saldo de execução orçamental transitável para o exercício seguinte.